

DESAFIOS E AVANÇOS NA INCLUSÃO ESCOLAR: PROMOVEDO EDUCAÇÃO PARA TODOS

Adaci Estevam Ramalho Neto¹

Iure Coutre Gurgel²

Wendel Jean Ramalho da Silva³

Maria Edinete Monteiro Gomes⁴

Maria Verônica da Silva⁵

Eulália Cristina Coelho Araújo⁶

Karla Patrícia de Sousa⁷

Maria Verônica da Silva⁸

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar e discutir os conceitos de integração escolar e inclusão escolar, objetiva-se apontar as diferenças entre ambas, bem como esmiuçar desafios e estratégias para o processo de inclusão escolar. O processo de homogeneização dos estudantes, isto é, da aspepsia das diferenças e da classificação hierarquizadora da escola colocou os estudantes dentro de uma mesma categoria, justificando que todos aprendem da mesma forma, no mesmo ritmo e, aqueles fora deste processo, são relegados à exclusão. Entretanto, as críticas aos processos de homogeneização e exclusão escolar passaram a ser criticados, tanto pela comunidade escolar como pela sociedade em geral. Assim, foi preciso repensar tanto a escola quanto as práticas pedagógicas. Essa ruptura de um modelo em que estudantes com necessidades especiais sofreram, – e ainda sofrem – com os processos educativos excludentes para um sistema no qual passaram a valorizar as diferenças e uma práxis pedagógica feita a partir das individualidades. Para tanto, procede-se através da metodologia de revisão bibliográfica, caracterizada pela sondagem de textos sobre a temática, seleção e fichamentos deles, e escrita a partir das análises e confronto entre os textos. Desse modo, foi possível observar a importância de discutimos sobre o processo de inclusão escolar, levando em consideração o diálogo com as várias esferas da sociedade, para que possamos superar os desafios e dificuldades a partir de novas metodologias didáticas e a defesa legal da educação inclusiva.

Palavras-chave: Educação. Inclusão Escolar. Integração Escolar.

¹ Graduado em Direito (UNIFIP), Artes Visuais (UNICLARETIANO), Pedagogia (UNOPAR) e História (ÚNICA), Professor Universitário (FASCU) e da Educação Básica (Riacho dos Cavalos-PB), mestre em ensino (UNIMES) e doutorando em Ciências da Educação (WUE).

² Pedagogo, Mestre em Educação pela UERN. Doutor em Educação pela UECE. Professor da UERN e da WUE.

³ Pedagogo pela Unifael, mestre em filosofia pela Universidade Gama Filho, doutor em Ciências da Educação pela World University Ecumenical.

⁴ Graduação em Pedagogia e Letras. Mestra em Ciências da Educação..

⁵ Licenciada em Química pelo IFRN. Mestra em Ensino pelo IFRN.

⁶ Pedagoga, mestre e doutorando em Ciências da Educação.

⁷ Pedagoga, mestre e doutorando em Ciências da Educação.

⁸ Licenciada em Química pelo IFRN. Mestra em Ensino pelo IFRN.

Introdução

A partir de um processo de análise histórica, é possível analisar as concepções sobre o que era considerado “deficiência” ao longo do tempo e espaço. É possível encontrar, em muitas sociedades, justificativas místicas para a “falta de normalidade” ou para a “anormalidade”, entre elas estão as explicações como sendo advindas de “castigos divinos” ou mesmo promovidas por “ações demoníacas”.

Em tempos em que o misticismo e as crenças eram as formas mais comuns de explicação para o “diferente”, muitos foram marginalizados e em muitos casos tiveram sua vida ceifada. Neste sentido, Cristina M. Madeira Coelho

Tramam-se, assim, aspectos religiosos e biomédicos para presidir “verdades” e mitos que, até hoje, marcam a exclusão desse grupo de pessoas “diferentes”. Crenças e atitudes individuais, portanto, são forjadas em uma ampla gama de aspectos socioculturais, em uma dinâmica contínua e recorrente ao longo da história da humanidade (Coelho, 2015, p. 64)

Esse processo de hierarquização entre o que é tido como “normal” e “anormal” está presente em várias esferas sociais, no trabalho, na escola e até mesmo no ceio familiar. Assim, é comum que classifiquemos o “diferente” como inferior, subalterno e relegado à exclusão. Assim, pessoas com deficiência são muitas vezes marginalizadas. Este processo de subalternização ocorre também, e talvez sobretudo no ambiente escolar.

Neste sentido, dentro do ambiente escolar pode ter uma dupla ação: o primeiro deles é o reforço da exclusão escolar frente aos estudantes com necessidades especiais, tanto pela incompatibilidade da prática pedagógica, do currículo e da infraestrutura escolar, bem como da síntese de uma exclusão dos ciclos sociais por parte dos outros estudantes e membros que fazem parte do cotidiano escolar; o outro ponto, é que a escola é uma das instituições mais importantes para a promoção da inclusão escolar, a partir de metodologias inclusivas e uma infraestrutura adequada, além da valorização das diferenças nos ciclos sociais.

É importante localizarmos temporalmente e espacialmente o ponto em que o processo de inclusão escolar passou a ganhar escopo. Neste sentido, é na segunda metade do século XX que a inclusão de pessoas com deficiências passou a ganhar força.

É com a Declaração Universal dos Direitos Humanos passou a assegurar direitos básicos às pessoas, principalmente às minorias (Organização das Nações Unidas, 1948).

A Declaração de Salamanca, realizada em 1994, no qual foi elaborado na reunião internacional de “Educação para Todos”, é um marco temporal para luta contra preconceitos. A partir da mesma foi tomada as discussões e ações para a inclusão escolar de pessoas com deficiência, passando a criar medidas legais para assegurar este processo.

Esta posição adotada pelos signatários, no qual o Brasil é um deles, da Declaração implica argumentar que

(...) as políticas educacionais de todo o mundo fracassaram no sentido de estender a todas as suas crianças a educação obrigatória e de que é preciso modificar tanto as políticas quanto as práticas escolares sedimentadas na perspectiva da homogeneidade do alunado (Bueno, 2006, p. 16).

Antes de continuarmos é importante definir os conceitos de integração escolar e inclusão escolar.

O conceito de integração escolar se refere a entrada de estudantes com deficiência em escolas regulares. Entretanto, a lógica da integração passa pelo preparo destes alunos e alunas para as salas regulares, ou seja, o estudante que deve se adaptar à escola, o que pode caracterizar um processo de exclusão seletiva, pois nem todas apresentam, a partir da lógica da integração, condições de serem integrados em uma sala regular.

Já o conceito de inclusão escolar é oposto ao de integração. A inclusão escolar pressupõe que a escolas se adaptem aos estudantes com deficiência. Para Maria Teresa Eglér Mantoan (2003), este conceito implica uma mudança de paradigma educacional, pois a infraestrutura e o currículo passaram a ser revisados e adaptados para receberem estes estudantes.

Outro conceito no qual queremos discutir é da educação especial, que está disposta por meio da Lei nº 9.394, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), segundo a qual define-se como

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996)

Podemos definir a educação especial como uma abordagem de ensino voltada para o desenvolvimento de habilidade de indivíduos com algum tipo de dificuldade ou deficiência e pessoas com altas habilidade.

A educação inclusiva se diferencia da educação especial por se tratar de um processo duplo: educacional e social. Tem como objetivo promover a aprendizagem de forma inclusiva, isto é, preza pela valorização da diferença como questão positiva para a construção de uma sociedade com múltiplas identidades.

Portanto, temos como objetivo analisar e discutir os conceitos de integração escolar e inclusão escolar, objetivamos apontar as diferenças entre ambas, bem como esmiuçar desafios e estratégias para o processo de inclusão escolar.

Para alcançarmos nossos objetivos utilizados a metodologia da pesquisa bibliográfica, no qual “(...) é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites” (Fonseca, 2002, p. 32). E “(...) implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (Lima; Miotto, 2007, p. 38).

O artigo é dividido em uma única seção, no qual discutimos as possibilidades e desafios da inclusão. Ao final do artigo, apresentamos considerações finais sobre a análise aqui promovida.

Inclusão escolar: entre possibilidades e desafios

Os processos formais de educação sempre foram construídos a partir de uma seletividade “intelectual” e, sobretudo, econômica e social, tudo isso a partir de uma idealização e assepsia das individualidades dos estudantes, para garantir que todos fossem “adequados” ao processo de ensino escolar. Portanto, aqueles que fugiam/fogem desta regra são marginalizados e excluídos.

Este processo de exclusão, muitas vezes, é silencioso, não é aparente, mas ocorre tanto nos ciclos sociais em sala de aula como no currículo e no planejamento pedagógico. Portanto, são variadas as estratégias, pensadas ou não, para fomentar os processos de exclusão. Portanto, “essa perspectiva, cria-se uma pedagogia “especial” destinada às

peças com desenvolvimento atípico, que organiza um jogo contraditório em que esses sujeitos são aprisionados” (Coelho, 2015, p. 61).

Assim, pessoas com deficiência são,

(...) em determinadas circunstâncias, (...) são atribuídas características especiais para dirigir-lhes tratamento, proteção e assistência, (mas ao mesmo tempo), criar ao seu redor uma rede de relações de dominação e de poder, na qual o indivíduo tratado, protegido e assistido é inferiorizado e normalizado por conta de sua anormalização que justifica a criação desta estrutura (Ross, 2000, p. 255).

Segundo está lógica, os estudantes com deficiência são definidos de forma absoluta a partir de sua condição, levando-os às chamadas salas especiais, no quais separam os estudantes regulares daqueles que precisam de acompanhamento diferenciado.

O que de certa forma impede o processo de socialização dos estudantes com necessidades especiais dos demais, se por um lado tenta inclui-los no processo de aprendizagem nas salas especiais, por outro lado, são excluídos dos ciclos sociais.

O processo de inclusão é um processo ainda recente que

se configura complexo por evidenciar a separação conflituosa que é habitualmente feita entre o individual e o social: enquanto os aspectos sociais e as configurações institucionais atingem diretamente os indivíduos que os compõem, de forma coercitiva e determinante, em contrapartida os sujeitos dessa nova experiência social se constituem como organizadores da mesma, por meio da convivência continuada e relações estabelecidas nessa convivência. Simultaneamente, agentes e pacientes, soberanos e escravos (Coelho, 2015, p. 55).

Segundo Coelho (2015), acompanhando a nova literatura sobre educação, argumenta que os estudantes não são agentes passivos em sala de aula, mas que internalizam e dão sentido ao que é mediado em sala de aula, isto é, são agentes transformadores para as mudanças das estruturas por meio das interações sociais, culturais e políticas.

Antes de darmos prosseguimento, é imperativo definir bem os dois conceitos principais aqui adotados: integração escolar e inclusão escolar.

O conceito de integração escolar se refere a introdução de estudantes com deficiência em escolas regulares, isto é, os alunos são preparados para serem introduzidos em salas regulares. Segundo Pienta, 2020, p. 25) “o que implica um conceito de

prontidão, ou seja, o aluno que estiver pronto é transferido da escola especial para o ensino regular”. Se por um lado isto parece algo positivo, por outro lado, implica dizer que nem todos os alunos e alunas poderão alcançar esse nível de preparo, caracterizando um processo de exclusão seletiva

Já o conceito de inclusão escolar provoca uma ruptura do sistema vigente, pois é um processo que denota profundas transformações pedagógicas, curriculares, de mentalidades e de infraestrutura. A inclusão escolar “pressupõe mudanças significativas, radicais mesmo, em bases estruturais da escola tradicional, como currículo, avaliação e metodologia” (Pienta, 2020, p. 26). Pois, é a escola que deve adaptar-se aos estudantes com deficiência, “oferecendo o que precisa para seu pleno desenvolvimento, respeitando seu ritmo e características pessoais” (Pienta, 2020, p. 25).

É só a partir da segunda metade do século XX que o processo de inclusão escolar ganhou destaque nos debates sobre educação. Na última década do século supracitado, ocorreu a conferência de Jomtien, organizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), neste encontro foram discutidos as possibilidades e desafios do acesso universal para os estudantes com deficiência (Unesco, 1990).

Em 1994 foi assinada a Declaração de Salamanca, produzida durante a *Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade*. O documento defendia o direito a educação para todos e que todas as crianças deviam aprender juntas e que as escolas devem acolher todos os alunos e alunas, sem distinção religiosa, cultural, social, econômica e independente de suas necessidades (Unesco, 1994).

Em 1999, na Guatemala, foi realizada a *Convenção Interamericana para eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência*. O Brasil foi um dos países a assinar o documento, por meio do Decreto n. 3.956/2001, determinando que

as pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas a discriminação com base na deficiência (Brasil, 2001a).

Ainda sobre a convenção da Guatemala, esta define a discriminação como

toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais (Guatemala, 1999. art. 1º, nº 2).

Mas quem seriam as pessoas com necessidades educacionais especiais? Podemos encontrar a resposta no artigo 5º da Lei de Diretrizes e Bases (LDB):

Art. 5º Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem: I – Dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências; II – Dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis; III – Altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes. (BRASIL, 2001b)

Uma das mudanças que o processo de inclusão escolar provoca é justamente no sistema pedagógico. Para Mitjáns Marinez (2006) é imperativo que alguns pontos sejam levados em consideração na organização da práxis pedagógica associada à inclusão escolar.

O primeiro deles é a construção de um espaço de convívio que permita a comunicação entre os estudantes e docentes, bem como um espaço de escuta do “outro”, assim será possível a construção de sentido para a valorização das diferenças e, conseqüentemente, o respeito. Outro ponto que o autor destaca é a necessidade de criar um currículo que estimule os estudantes com deficiência a desenvolverem habilidades e competências. Ainda dentro das questões pedagógicas, os docentes devem enxergar que os processos avaliativos são pilares para a prática pedagógica.

Destarte, avaliar deve ir para além de uma ferramenta que tem por objetivo atribuir um valor numérico aos estudantes, segundo Lucksei (2003, p. 165) “avaliar significa identificar impasses e buscar soluções” e, portanto, “é uma tarefa complexa que não se resume à realização de provas e atribuição de notas” (LIBÂNEO, 2006, p. 195).

Mas afinal, o que seria uma escola inclusiva? Para isto, recorreremos à definição de Pienta (2020), que argumenta que para uma escola ser inclusiva

precisa ser flexível em sua organização pedagógica, a fim de apoiar seus profissionais e criar ambientes de aprendizagem com base na promoção da cultura da diversidade, no desenvolvimento de redes de apoio aos estudantes e na adoção de abordagens efetivas de ensino, nas quais são identificados os interesses, as habilidades, as motivações e as limitações dos educandos (Pienta, 2020, p. 42)

Assim, para a construção de uma escola inclusiva é necessário, além das mudanças curriculares, pedagógicas e estruturais, um espaço de diálogo entre as diferentes esferas da sociedade, pois para superar as inúmeras dificuldades é necessário o engajamento da sociedade como um todo.

Entre as diferentes barreiras que nos deparamos para a construção de uma escola inclusiva está a questão física das escolas, de infraestrutura mesmo. Isto afeta até mesmo os alunos que não têm necessidades educacionais especiais. Em primeiro momento nos vem a questão da acessibilidade, como a falta de banheiros adaptados, rampas de acesso e até mesmo material didático adequado como, por exemplo, para estudantes com baixa visão ou deficientes visuais.

Segundo Garcia (2004, p. 112), no qual argumenta que “muitas escolas ainda não estão fisicamente preparadas para receber alunos com deficiência, faltando recursos básicos como rampas de acesso e banheiros adaptados”.

Ainda sobre a questão da infraestrutura das escolas, outro problema enfrentado são as salas de aula superlotadas, o que dificulta o trabalho docente, tanto pela falta de acomodação da demanda de estudantes como por dificultar um acompanhamento mais individualizado por parte dos professores para com os estudantes.

Outra questão ainda a ser abordada é a falta de conhecimento e sensibilização por parte da sociedade para pessoas com deficiência. Muitos ainda marginalizam estes e/ou os consideram inferiores. Esta postura dificulta o processo de inclusão de estudantes com deficiência, pois cria-se uma resistência à inclusão escolar.

Para isto, devemos tomar uma mentalidade nova, no qual devemos entender as necessidades dos estudantes com necessidades e valorizar as diferenças e garantir que estes tenham acesso à educação.

Uma das principais dificuldades que a inclusão escolar encontra é a falta de formação adequada dos docentes, já que muitos professores não se sentem aptos frente as necessidades dos estudantes, tanto por se sentirem inseguros ou por não terem

conhecimento sobre como agir a partir de um processo de inclusão pedagógico. Assim, “falta de recursos materiais e humanos adequados, bem como a resistência por parte de alguns educadores e gestores escolares, são obstáculos significativos para a plena inclusão” (Matos; Mendes (2014, p. 52).

Para que possamos contornar esse problema, a formação continuada é um pilar importante nesta questão. Pois a especialização e capacitação docente é uma das bases da inclusão escolar, pois “programas de formação contínua que focam em estratégias inclusivas e adaptação curricular têm mostrado resultados positivos na prática escolar” (De Almeida et al. 2007, p. 332). E ainda segundo Kassar (2011, p. 47) “professores bem formados tendem a desenvolver práticas pedagógicas inclusivas, adaptando o currículo e as metodologias às necessidades dos alunos com deficiência”.

Mas para que de fato ocorra um processo de inclusão escolar significativo, é necessário que os docentes tomem postura, que reflitam e construam seus planos pedagógicos a partir da diferença, que tome em consideração as individualidades, para isto deve-se ter em mente um planejamento pedagógico aberto e diversificado, capaz de ser ajustado quando necessário e que atenda as diversas formas de aprender.

É necessário também a colaboração entre professores e especialistas de outras áreas como, por exemplo, psicólogos, psicopedagogo, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, entre outros. Aliada a esta interdisciplinaridade, o desenvolvimento de planos de ensino individualizados (PEIs) são estratégias que podem trazer resultados positivos.

Considerações finais

O processo de inclusão escolar de pessoas com deficiências é um dos pilares para a construção de uma sociedade ética, igualitária e de valorização da diferença e das diferentes identidades.

Nesta perspectiva, o conceito de diferença é entendido como uma das partes centrais da construção de identidades e, assim, compreender a diferença como aspecto positivo é imperativo para acabar com a exclusão educacional e social.

A inclusão escolar é um processo que nunca está acabado e nem pode ser pontual. Isto é, deve sempre estar em constante reflexão teórica e aplicado na prática e, para isto, não pode ser articulado apenas em determinadas situações, deve ser constante.

Para isto, devemos nos distanciar da concepção de integração escolar, no qual pressupõem uma inclusão e exclusão seletiva, nesta lógica o aluno é preparado para a escola.

A tomada de posição para o processo de inclusão passar por várias mudanças como, por exemplo, a construção de um currículo inclusivo, bem com uma práxis pedagógica que esteja de acordo com as necessidades dos estudantes, além da reformulação da infraestrutura escolar, passando pela mudança de postura frente às necessidades e diferenças, uma mudança de mentalidade dos demais estudantes e agentes do sistema escolar e social.

Referências

BUENO, J. G. S. **Inclusão/exclusão escolar e desigualdades sociais**. Projeto de pesquisa. 2006.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Resolução n. 2**, de 11 de setembro de 2001. Brasília, DF: Câmara de Educação Básica, 2001a.

BRASIL. Decreto-Lei n. 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, 9 out. 2001b.

COELHO, Cristina M. Madeira. Inclusão escolar. In: MACIEL, Diva Albuquerque; BARBATO, Silvane (org.). **Desenvolvimento humano, educação e inclusão social**. 2015. p. 60 - 77.

DE ALMEIDA, D. B. *et al.* Política educacional e formação docente na perspectiva da inclusão. **Educação** (Santa Maria. Online), v. 32, n. 2, p. 327-342, 2007.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GARCIA, R. M. C. **Políticas públicas de inclusão: uma análise no campo da educação especial brasileira**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2004. 225f.

GUATEMALA. Assembléia Geral, 29^o período ordinário de sessões, tema 34 da agenda. **Convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência** (original em espanhol), 1999.

KASSAR, M. C. M. Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 17, p. 41-58, 2011.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. Cortez. 2006.

LIMA, T. C. S. D., MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, (10), 37-45. 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** / Maria Teresa Eglér Mantoan. — São Paulo: Moderna, 2003.

MATOS, S. N.; MENDES, E. G. A proposta de inclusão escolar no contexto nacional de implementação das políticas educacionais. **Práxis educacional**, v. 10, n. 16, p. 35-59, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948.

PIENTA, Ana Cristina Gipiela. **Fundamentos da educação especial e inclusiva**. - 1. ed. - Curitiba [PR]: Iesde, 2020.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994

UNESCO, **Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, 1990.